



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**ANTROPOLOGIA – DIVERSIDADE
CULTURAL LATINO-AMERICANA**

**ETNOGRAFANDO O CAPITALISMO DOS BRICS
UM EPISÓDIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

MATEUS FELIPE FUCHS

Foz do Iguaçu
2022



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**ANTROPOLOGIA – DIVERSIDADE CULTURAL
LATINO-AMERICANA**

**ETNOGRAFANDO O CAPITALISMO DOS BRICS
UM EPISÓDIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

MATEUS FELIPE FUCHS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana.

Orientador: Prof. Dr. Waldemir Rosa

Foz do Iguaçu
2022

MATEUS FELIPE FUCHS

**ETNOGRAFANDO O CAPITALISMO DOS BRICS:
UM EPISÓDIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Waldemir Rosa
UNILA

Prof. Dr. Mamadou Alpha Diallo
UNILA

Prof. Dr. Antonio de la Peña García
UNILA

Foz do Iguaçu, 04 de agosto de 2022.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Mateus Felipe Fuchs

Curso: Antropologia - Diversidade Cultural Latina - Americas

Tipo de Documento

- | | |
|------------------------|--|
| (.....) graduação | (.....) artigo |
| (.....) especialização | (.....) trabalho de conclusão de curso |
| (.....) mestrado | (<input checked="" type="checkbox"/>) monografia |
| (.....) doutorado | (.....) dissertação |
| | (.....) tese |
| | (.....) CD/DVD – obras audiovisuais |
| | (.....) _____ |

Título do trabalho acadêmico: Etnografando o capitalismo dos BRICS: um episódio de política pública

Nome do orientador(a): Waldemir Brasil

Data da Defesa: 04/08/22

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, 18 de agosto de 2022.

Mateus Felipe Fuchs

Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho a todos aqueles e aquelas que foram ou se tornaram fonte de inspiração ao longo da caminhada.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que me protegeu e me fortaleceu pelos meus caminhos.

Minha mãe Cleonice Felipe Fuchs (*in memoriam*), que hoje descansa, mas incentivou a buscar nos estudos a mudança.

Meu pai Marcos Fuchs, meu irmão Diego Felipe Fuchs e minha madrasta Carla Rosana Muller, por todo apoio ao longo desta caminhada.

Meus avôs e avós, por sempre se preocuparem e se importarem.

Waldemir Rosa, por ter me ensinado que mesmo diante das dificuldades acadêmicas podemos encontrar coisas boas, boas risadas e pessoas legais. Obrigado por acreditar no meu potencial, confiar nas minhas escolhas e sempre intervir quando necessário. Um obrigado especial pelos ensinamentos para toda vida.

Professor Mamadou Alpha Diallo e professor Antonio de la Peña García, pelas críticas, comentários e colocações enriquecedoras.

A professora Lorena e o professor Marcos pessoas especiais da Antropologia. A todos os professores e professoras, muito obrigado.

Aos amigos, amigas e colegas pelas conversas de corredor, pelas conversas sérias e pelas boas risadas.

E todos e todas que ficaram de fora.

RESUMO

O debate promovido pela pesquisa, em suma, relaciona como capitalismo gera efeitos na política contemporânea, produzindo, internacionalmente, influências diretas relativas às posições políticas hegemônicas. Além disso, apesar do fato do sistema capitalista ser uma questão contínua, é demonstrado como, o sistema mundial Moderno, revelou um padrão das relações dentro desse sistema. Precisamente, o texto discute, relativo a Etnografia do Capitalismo, uma possibilidade de pensar as problemáticas envolvidas nessa formulação teórica-etnográfica, através da etnografia do sistema-mundo, para promover uma organização teórica relevante. Assim, considera-se o caso dos BRICS (agrupamento político entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) como um exemplo da forma como os governos articulam esse processo, mostrando questões do capitalismo e do nacionalismo relacionados a governabilidade. Em suma, a ideia principal do trabalho refere-se às Etnografias do Capitalismo, demonstrando em um contexto específico, o potencial de análise da Antropologia Política.

Palavras-chave: Etnografias do capitalismo; governabilidade; caso dos BRICS; sistema-mundo moderno; nacionalismo.

RESUMEN

La explicación investigadora proporciona, en suma, cómo el capitalismo efectuó la política en la contemporaneidad, y genera con ella, en localidades globales, afectos directos relativos a una posición política rigurosa. Aunque esto, a pesar del hecho de que el sistema capitalista es un problema continuo y global, demuestra cómo, un Sistema-Mundo Moderno, reveló un patrón de relaciones globales en el mundo. Precisamente, el Texto discute, relativo al modelo Etnográfico del Sistema-Mundo que refleja el Etnográfico del Capitalismo, una posibilidad de pensar las cuestiones involucradas en esta formulación Teórico-Etnográfica con una organización de datos relevante. En definitiva, considera el fenómeno BRICS (agrupación política entre Brasil, Rusia, India, China y Sudáfrica) como un ejemplo de cómo los gobiernos articulan este proceso, mostrando una asociación entre capitalismo y nacionalismo a través de la gobernabilidad, muchas veces teóricamente desplazada. En resumen, el concepto principal se refiere a las Etnografías de los Capitalismos, explicando un contexto específico en el que se puede ver esencialmente el potencial de análisis de la Antropología Política.

Palabras clave: etnografías de los capitalismos; gobernabilidad; caso del BRICS; sistema mundial moderno; nacionalismo

ABSTRACT

Explanation researcher provides, in sum, how capitalism effected politic in contemporary, and generates with this, in global locations, direct affects relative a rigorous political position. Although this, in spite of the fact that capitalism system is a continuous issue, it demonstrates how, a Modern World-System, revealed a pattern of global relations at world. Precisely, Text discusses, relative of the World-System Ethnographic model that reflect the Capitalism Ethnographic, a possibility to thought the issues involved in this Theoretical-Ethnographic formulation to promotes a relevant data organization. Ultimately, it considers the BRICS case (political grouping between Brazil, Russia, India, China and South Africa) as an example of the way governments articulates this process, showing capitalism and nationalism through governability. In summary, the main concept refers to Capitalisms Ethnographies, explaining a specific context that it can be possible seen essentially the Political Anthropology analysis potential.

Key words: capitalisms ethnographies; governability; BRICS Case; modern world-system; nationalism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A ORTODOXIA CAPITALISTA: O CASO DO NACIONALISMO MODERNO...	16
2.1 CAPITALISMO E NACIONALISMO EM PERSPECTIVA	17
2.1.1 Antecedentes Sobre o Nacionalismo na Antropologia da Política.....	17
2.2 BREVE PARNORAMA SOBRE CAPITALISMO: DO CONCEITO CLÁSSICO À DISCUSSÃO SOBRE CONSCIÊNCIA E SUBJETIVIDADE	26
2.3 O CONCEITO DE SISTEMA-MUNDO NA ANTROPOLOGIA.....	28
2.4 O CASO DOS BRICS	31
2.4.1 Os BRICS no Sistema Internacional	31
2.4.2 Antecedentes Dos BRICS Sob Perspectiva Brasileira: Um Episódio De Políticas Públicas	32
2.4.3 Os BRICS Enquanto Comunidade Imaginada	36
2.4.4 Os BRICS no Sistema-Mundo: Do Conceito À Agenda Política	39
3 UM MAPA SISTÊMICO: CATEGORIAS POLÍTICAS COMPARADAS	40
3.1 INSTANCIAS DO CAPITALISMO: O LOCAL DO NACIONALISMO	40
3.1.1. <i>BRICS: Representação, Política e Cultura</i>	40
3.1.4. <i>Governabilidade: Epistemologia e Intrumento Político-Cultural</i>	42
4 DISCUSSÃO SOBRE AS ETNOGRAFIAS DO CAPITALISMO	44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

Tratar sobre as “Etnografias do Capitalismo” é sempre uma jogada arriscada para o pesquisador. A pouca delimitação sobre tal fazer posiciona-o em um universo de possibilidades e incertezas. Dito isso, é empregado uma organização teórica, para mostrar uma possibilidade de tal fazer, através da Antropologia. Assim, entende-se capitalismo em um espaço de associação política que se mostrou como uma ortodoxia de seu próprio sistema da/modernidade.

Em um primeiro momento é necessário apresentar os antecedentes do nacionalismo moderno na Antropologia da Política, privilegiando um debate que desloca as abordagens generalistas e generalizantes do nacionalismo na antropologia, para entendê-lo enquanto elemento político capaz de desenvolver e atribuir significado ao “capital” na modernidade, sendo essa definição à utilizada para análise. Em um segundo momento apresenta-se abordagens no contexto da antropologia sobre o nacionalismo.

Em seguida, apresenta-se um breve panorama sobre o capitalismo, nos termos de Dale W Tomich (2011), que o entende desde o conceito clássico, à discussão sobre consciência e subjetividade, proporcionando assim, uma ligação entre o debate sobre o capitalismo às abordagens sobre sua importância no processo de significação cultural na atualidade. No entanto, não se desenvolverá diretamente o conceito de capitalismo, mas sim, explicarei como ocorre a construção de uma base subjetiva em torno do mesmo ao entendê-lo enquanto sistema econômico, social, político e cultural.

Além disso, optou-se por utilizar o conceito de sistema-mundo na Antropologia abordado por Dale W. Tomich (2011), George Marcus (2001) e José Jorge de Carvalho (2001), ao invés de autores centralizados das Relações Internacionais, para contextualizar o espaço específico, onde capitalismo e nacionalismos podem associar-se para a produção de dinâmismos sociais e suas características específicas.

Assim, é investigado o caso dos BRICS - agrupamento internacional formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - enquanto elemento norteador para entender a forma que essa associação ocorre. Para isso, entende-se o grupo contextualizando-o em duas instancias, os BRICS no sistema Internacional, bem como seus antecedentes sob a perspectiva brasileira, que se revelaram através do método etnográfico, como um episódio de políticas públicas. Diferencia-se mais próximo à conclusão as ideias em torno do “caso”

e “episódio” dos BRICS, o primeiro refere-se aos BRICS enquanto fato social, por outro lado, a ideia de episódio pensa a narrativa como um todo, tratando os BRICS como um fato etnográfico que vai assumindo formas narrativas.

Dessa forma, realizou-se análise de conteúdo direcionada ao método etnográfico, através da coleta de dados, no livro *O Brasil, os BRICS e a agenda Internacional*, organizado por José Vicente de Sá Pimentel, e publicado pela Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG no ano de 2013. Contendo avaliações de acadêmicos e diplomatas brasileiros sobre o grupo, a obra foi selecionada por apresentar textos de mesas-redondas debatidas em 2012.

Na segunda edição, tem um artigo de José Vicente de Sá Pimentel, embaixador que tratava sobre a agência brasileira nos BRICS relacionada a agência internacional, e também texto de mais quatro pessoas que analisam sobre a participação do Brasil no grupo. A segunda parte do livro, é composta dos textos da terceira Mesa-Redonda, debatidos em 31 de julho de 2012, na Fiesp, São Paulo. Aponto que os textos desta segunda parte do livro estão direcionando um debate aos formuladores das políticas públicas brasileiras e seus legisladores, perspectiva também considerada na pesquisa que resulta esta monografia. Pois mostra, em meu ver, a forma que a agenda política dos BRICS é resultado dos BRICS enquanto conceito, e é conseqüentemente um caso de políticas públicas, porque precisa dessa base “pública, política e subjetiva”, para formar tal agenda no sistema internacional moderno.

Dessa maneira, nos textos do livro *O Brasil, os BRICS e a agenda Internacional*, buscou-se a construção de “temas analíticos chave” buscando identificar a “agência brasileira nos/dos BRICS. O mapeamento das categorias analíticas chaves e seus correlatos indicou a existência de duas perspectivas. A primeira que entende os BRICS enquanto um agrupamento que opera como uma comunidade imaginada, sem, contudo, formar uma nos termos de Anderson (1995). Isso revelou a diferenciação entre as concepções de nacionalismo e de comunidade, que possibilita o direcionamento para a forma que ocorre a construção de uma consciência de pertencimento e uma identidade aos BRICS por meio de uma base subjetiva. Em segundo lugar, mostra-se a forma que os BRICS estão no sistema-mundo enquanto conceito, estabelecendo conexões entre o fazer político e a representação, de forma global e sistêmica. Enquanto conceito, só faz sentido falar sobre BRICS no sistema-mundo diante de processos de representação política, permitindo entendê-lo tanto como categoria analítica, quanto política.

Não obstante, mostra-se como esse contexto revelou a forma que, a associação entre capitalismo e nacionalismo moderno, se dá através da governabilidade, conceito esse que problematizo e adapto para uma melhor análise do fenômeno dos BRICS. No entanto, é necessário salientar que tal associação se mostrou distante, uma vez que se tem mais uma coerência teórica/analítica do que prática.

Assim, através de um mapa sistêmico teorizado por meio de categorias políticas comparadas é mostrado nessa perspectiva teórica, a forma que nacionalismo e capitalismo atribuem significado ao capital da/na modernidade, o que equivale a dizer que é uma forma de desenvolvê-lo. Esse mapa revela como o Capitalismo nos BRICS produz categorias de controle através da construção de um imaginário cultural, que é a “matriz” de construção da identidade e representação geopolítica do grupo. Por outro lado, problematiza-se a relação entre governos e populações, dado que os BRICS operam enquanto sistema governamental. Por fim, mostra a forma que o nacionalismo atribui um significado sistêmico à essa “matriz” capitalista.

Para chegar à essas conclusões, realiza-se um procedimento metodológico por meio da análise qualitativa dos dados, através do método etnográfico combinado com uma revisão teórica da literatura da antropologia. A análise etnográfica realizada por mim, como descrita anteriormente, observa categorias analíticas chave e seus correlatos, por meio da análise do conteúdo presente em texto, através do estranhamento de “termos e temas analíticos” que formam entrelinhas no texto, durante o trabalho de campo realizado na obra descrita anteriormente, entre os anos 2021 e 2022.

Além disso, direcionei o trabalho para uma atualização e adaptação do conceito de governabilidade enquanto epistemologia e instrumento político-cultural. Além disso, apresentei uma discussão que problematiza o fazer etnográfico quando direcionado para etnografar o capitalismo em processos específicos, novamente através de uma revisão de literatura. Onde, sugiro a Etnografia do sistema-mundo, formulação essa que também vou utilizar para análise e orientação do método etnográfico na coleta de dados, enquanto uma possibilidade inicial desse fazer, por mostrar a forma que o sistema global (internacional) se concretiza em um local específico (a obra a ser analisada) ancorando-se no sistema-mundo. De outro lado, a atualização ao conceito de “governabilidade” por meio da ideia sistema-mundo, questiona o local do capital nas relações sociais que se transformam em frações de classe que governam.

De forma geral, o presente trabalho é uma tentativa de etnografar a produção do

Capitalismo nos BRICS, a partir da forma como o capitalismo em processos específicos, relaciona-se como o Nacionalismo nos processos de significação cultural e construção de uma base subjetiva na modernidade.

Deve-se destacar por fim, que nesta pesquisa não é desenvolvido a ideia de modernidade e suas diferentes concepções e correlatos, dado que a preocupação é mais em articular um debate e objeto de pesquisa das Relações Internacionais à agenda de pesquisa da antropologia, do que promover uma discussão especializada e problematizada dos conceitos destacados anteriormente. Finalmente, embora os conceitos analíticos tenham uma proximidade constante ao longo da pesquisa com autores marxistas e seus modelos analíticos, as correntes teórico-metodológicas que se optou para realização do trabalho e que serviram, tanto como fonte de inspiração para pensar a temática, quanto para aprofundar a análise são provenientes também dos estudos pós-coloniais de Edward Said (1990).

2 A ORTODOXIA CAPITALISTA: O CASO DO NACIONALISMO MODERNO

Tratar sobre o nacionalismo na Antropologia é de fato um desafio epistemológico. Em primeiro lugar, porque enquanto conceito ele é sempre localizado. Em segundo lugar, para localizar seus debates é necessário construir um mapa sobre os antecedentes do nacionalismo. Assim, neste primeiro momento, é fornecido ao leitor, os antecedentes do nacionalismo na Antropologia até o momento em que ele é transformado em categoria analítica pela Antropologia da Política. Entretanto, destaca-se que, o surgimento dos estudos sobre o nacionalismo na área da antropologia antecede sua consolidação no campo antropológico. Estão assim, em primeira instância, localizados entre os Historiadores. Por fim, explica-se quais os interesses teórico-metodológicos em situar tal debate nessa especificidade do campo Antropológico.

Em termos gerais, o nacionalismo tem sido compreendido como elemento que designa a ideologia nacional, bem como, é utilizado para entender melhor os significados produzidos no contexto do estado-nação tanto para explicar contextos abrangentes quanto aqueles específicos, produzindo sentido a manifestações do poder na conjuntura nacional (BOBBIO, 1998). No entanto, cabe ressaltar que a definição de Bobbio apresenta mais implicações metodológicas do que teóricas. Essa definição é o resultado das abordagens do nacionalismo, principalmente pela forma que ele foi caracterizado e interpretado pelos historiadores (BREUILLY, 2000).

As abordagens sobre o nacionalismo, geralmente o compreendem enquanto característica da modernidade (BREUILLY, 2000). O problema dessa perspectiva sobre o nacionalismo é que ela reside em uma história não teorizada, “contrabandeando” conceitos e definições que ela não conhece, e transformando a explicação analítica em uma narrativa mal orientada. Como salienta Breuilly, “uma teoria que não possa ser usada no trabalho histórico não tem valor; um trabalho histórico que não seja teoricamente embasado não tem sentido (BREUILLY, 2000, p. 155)”. Como alternativa a isso, Breuilly propõe uma abordagem que relaciona nacionalismo e o desenvolvimento do Estado moderno, buscando evitar as dificuldades em se definir o conceito de nacionalismo (BREUILLY, 2000).

2.1 CAPITALISMO E NACIONALISMO EM PERSPECTIVA

2.1.1 Antecedentes Sobre o Nacionalismo na Antropologia da Política

Na perspectiva apresentada por Breuilly (2000) o nacionalismo, em uma perspectiva histórica, seria o produto da identidade nacional no âmbito da nação. A ideia de “consciência nacional” está relacionada a um sentimento produzido através de ideias políticas. Assim, o autor busca superar essa ideia e entender o nacionalismo enquanto política, que está associada a três instâncias.

A primeira, Breuilly afirma que uma das bases desse conteúdo é que existe uma nação, um grupo que estabelece a diferença dos demais, ou seja, diferencia quem está dentro de quem está fora desse grupo; Segundo, A identidade política desse grupo se dá em relação a nação, que é diferenciada de outras nações ou grupos por termos políticos e culturais; por fim, para o nacionalismo enquanto movimento político, a nação ou o grupo deve ter autonomia, geralmente através de um estado soberano, sendo assim, o nacionalismo, um elemento que estabelece relações de poder. (BREUILLY, 2000, p. 158).

Para o autor os movimentos nacionalistas são modernos (séculos XIX e XX) e contribuíram para reconfigurar o mapa global. Tais movimentos estabeleceram, em partes, a ideia política do tempo moderno, onde o mundo precisa se dividir em Estados, onde cada um representa uma nação como um aglomerado político. Dessa forma, as teorias gerais do nacionalismo preocuparam-se em explicar por que esses movimentos se tornaram tão relevantes para a construção do tempo da modernidade, onde quatro abordagens principais do nacionalismo podem ser referenciadas: a primordialista, a funcionalista, a narrativa e a moderna (BREUILLY, 2000).

Antes de apresentar tais abordagens, destaco que elas antecedem a consolidação do nacionalismo no campo da antropologia da política, no entanto, são importantes para compreender os motivos que levaram a antropologia a organizar uma proposta do nacionalismo como objeto de pesquisa. Além disso, mais adiante, destaco as implicações propostas por Breuilly e a forma como abordagens presentes na Antropologia da Política podem auxiliar numa proposta de análise do nacionalismo enquanto política ou movimento da política. A abordagem marxista de Gopal Balakrishnan, a pós-colonial de Partha Chatterjee, e por fim, a perspectiva da identidade cultural de Katherine Verdery, bem como a da cultura prática de Homi K. Bhabha.

A abordagem primordialista é fornecida pelos próprios nacionalistas e entende que a nação existe há muito tempo e sua história remonta a séculos anteriores. O problema dessa abordagem é que ela se distancia dos fatos históricos e se ancora em um “passado inventado” a partir de mitos, histórias e elementos culturais semelhantes associadas à um território específico (BREUILLY, 2000).

Por sua vez a abordagem na funcionalista atribui-se uma variedade infinita de funções ao nacionalismo relacionando sempre uma necessidade que é suprida pela função que o nacionalismo ocupa (BREUILLY, 2000). Por exemplo, as crises de identidade atribuídas ao desgaste das tradições seriam resolvidas pelo nacionalismo, que ocuparia o espaço social deixado vago pela crise da tradição. Essa abordagem está baseada na “necessidade de identidade” das coisas, onde cada coisa estabelece uma função para suprir essa necessidade, sempre em formas circulares de explicar o tempo-espaço moderno.

Assim, isso encerra em si um problema temporal, onde o nacionalismo é produto e produtor da modernidade. Onde o nacionalismo sempre estará em um paradoxo. Dado que a modernidade sempre buscará estabelecer uma função ao nacionalismo, função essa que o posicione em uma centralidade na produção da própria modernidade que o produz. (BREUILLY, 2000, p. 165).

Essa perspectiva enfrenta uma discordância entre as posições dos historiadores e teóricos funcionalistas, porque ambos conseguem responder “como” ocorre esse paradoxo, mas não “o porquê de ocorrer” (BREUILLY, 2000, p. 165). Isso resulta, por fim, em uma simplificação da forma que o nacionalismo opera em relação a modernidade, e como operam as relações de poder nessa dinâmica de funcionamento. Isso dificulta o entendimento do nacionalismo enquanto um projeto da modernidade (BREUILLY, 2000, p. 165-166).

Na perspectiva narrativa se divide a “história nacional” em pré-nacional e uma idealização do futuro nacional ideal, colocando o estado tradicional em um tempo linear (BREUILLY, 2000). Baseada principalmente em pressupostos, o problema dessa abordagem é que utiliza da modernidade como marcador temporal para explicar as forças modernas e como elas estão em um estado de Ascensão, onde a história do mundo moderno é representada pela “queda do tradicional” e “Ascensão do moderno”.

Por fim tem-se a perspectiva moderna e pós-moderna que vão tem um diálogo maior

com as abordagens antropológicas que serão apresentadas posteriormente. Nelas busca-se o lugar que o nacionalismo ocupa na modernidade. É em tal busca que o nacionalismo começa a se consolidar enquanto objeto de análise na Antropologia da Política, a partir da abordagem da nação e do nacionalismo de Benedict Andersen, no seu livro *Comunidades Imaginadas*. Para Andersen a nação é uma Comunidade Imaginada, contrastada por comunidades “reais”, mas que, é inventada, ou seja, imaginada por um estilo particular de imaginação moderna.

Segundo Breuilly, Andersen destaca como surgiu esse estilo de imaginação, no entanto não consegue compreender o nacionalismo como política, pois consegue identificar como esse imaginário se constrói, mas não consegue problematizar a reação desse imaginário enquanto força política, dado que Andersen compreende o nacionalismo em estágios. E ele continua dizendo que para Andersen o capitalismo ocupa apenas um papel simplificado no seu tema principal sobre nacionalismo mesmo não ignorando a ligação entre a formação das sociedades industriais às culturas nacionais “padronizadas”. Breuilly (2000) destaca como Andersen não consegue relacionar esse argumento com o nacionalismo, dado que existem formas de difundir uma cultura nacional em espaços não industrializados, bem como, existem formas diferentes de nacionalismo em sociedades não industrializadas.

Breuilly, situa a ação política moderna como um canalizador que direciona as exigências políticas em uma direção particular, uma vez que estão difusas, em um contexto onde a modernização estabelece a divisão geral do trabalho, sendo que a modernização do Estado é fundamental para isso. Ele avança no debate entendendo nacionalismo para além de um conceito, mas como uma categoria política capaz de potencializar movimentos através da ação (BREUJILLY, 2000)

Podemos afirmar que Andersen (1995) inaugura os estudos sobre o nacionalismo no âmbito da Antropologia da Política. Assim, busca-se apresentar três das principais críticas relacionadas ao pensamento do autor presentes na Antropologia que são utilizadas para a análise do que se propõe nesta pesquisa, e o que entende-se por nacionalismo aqui.

A Antropologia da Política surge através da problemática que envolve a definição do termo política, que pela maioria das áreas do conhecimento passa pela estrutura dos estados-nacionais (KUNSCHIR, 2007). A antropologia evidencia através de seu arsenal teórico que tem encontrado sistemas políticos que não operam com a formação dos estados-nacionais. Inicialmente ela surge com a nomenclatura de “Antropologia Política” com o estudo dos sistemas de poder, pensando a política enquanto elemento simbólico,

dialogando assim com a teoria de Max Weber (KUNSCHIR, 2007).

Segundo Kunschir, o termo “da política” surge, enfatizando a forma que os processos políticos vão se tornando objeto de investigação da antropologia, e que não é uma antropologia referenciada no fazer político, mas sim, no fazer teórico. Embora toda teoria seja em certa medida política, a denominada Antropologia da Política busca compreender as experiências políticas, atuando com certa liberdade, ao desprender-se dos conceitos convencionais empregados nos estudos políticos (KUNSCHIR, 2007).

Um desses conceitos, o nacionalismo, abordado por Andersen (1995) que busca mostrar a relação entre desenvolvimento político e formação dos estados nacionais e o nacionalismo, sendo uma referência bibliográfica inicial aos estudos da política na Antropologia. Embora Eric Hobsbawm tenha apresentado a discussão sobre o nacionalismo antes de Andersen, com seu livro, “Nações e Nacionalismo” (1995), apresenta o debate sobre as nações e os nacionalismos enquanto sistemas políticos. É somente com a obra de Andersen, que nacionalismo passa ser compreendido como elemento simbólico, referenciado claro, nos sistemas de poder mencionados por Hobsbawm. Andersen, assim, elabora uma proposição do que seriam os estados nacionais, através de uma teoria geral do fenômeno da nação e do nacionalismo (ANDERSEN, 1995). Publicado na década de 80, o autor estava situado nos períodos finais da União dos Países Soviéticos, produzindo uma teoria a partir desse processo em que estava localizado.

Em 1982 o mundo estava saindo de uma polarização entre Estados Unidos da América - EUA e URSS e o bloco soviético estava chegando em seus limites operacionais, (ANDERSEN, 1995). As Revoluções vitoriosas no Pós-guerra mundiais, principalmente as revoluções socialistas, não eram mais uma questão de uma luta de classes, e os discursos socialistas passaram a remeter à ideia de nação, através de uma base nacionalista, formando bases para hegemonias regionais (ANDERSEN, 1995).

Nesse contexto, os discursos sobre nacionalismo vão se tornando mais importantes, e Andersen tem a preocupação em abordar os elementos que compõe a nação em um mundo dominado pela polarização entre socialismo e capitalismo. Ele busca apresentar a concepção de que a nação é uma forma social específica, ou seja, a forma que a nação é imaginada. Para ele, tanto a nacionalidade quanto os nacionalismos são produtos culturais e históricos e precisam ser compreendidos dentro dessa lógica, enquanto processos históricos de formação cultural. Assim, sua abordagem possibilita a interpretação da ideia de nação e o fenômeno do nacionalismo em diferentes categorias de análise (ANDERSEN,

1995), que se compreende aqui, próximas às abordagens antropológicas.

A nação na perspectiva de Andersen não existe face a face, como uma comunidade, então para que seja possível que ela exista, ela precisa ser imaginada para além das relações sociais comuns, enquanto uma comunidade soberana que nega a influência de outros elementos que não estão presentes nessa imaginação. O autor apresenta uma noção de tempo racionalizado moderno, um tempo homogêneo vazio que teria se livrado de todos os significados, transformando o tempo em frações que sucedem umas às outras. Para Andersen a comunidade imaginada só pode existir dentro desse tempo homogêneo vazio da modernidade, onde, quanto mais vazio esse tempo for, mais a ideia de nação vai ser produzida (ANDERSEN, 1995).

Para Andersen (1995), a nação é uma comunidade política imaginada que possui processos tanto de afirmação, quanto de definição, que estão na própria nação. Sendo imaginada por que mesmo que seus membros não se conheçam, eles têm em mente uma imagem de solidariedade entre eles. Para Andersen a noção de uma comunidade que não existe através da interação face-a-face, só pode existir enquanto uma comunidade imaginada, na mente das pessoas, imaginada como tal.

Acrescento que, existem dois elementos fundamentais para se entender nas abordagens de Andersen. O primeiro é que a modernidade existe enquanto uma construção mental, ou seja, ela não é um sujeito, no entanto, um elemento presente na mente das pessoas. É na mente onde o tempo/espaço é construído, e é nesse contexto que a modernidade busca se estabelecer formando o tempo moderno. O segundo, é que no tempo moderno onde o nacionalismo se estabelece. Dessa forma, isso faz com que seja confuso entender o que o nacionalismo é, então ele passa ser imaginado através da ideia de nação (ANDERSEN, 1995). Isso ofusca a ideia de nacionalismo enquanto movimento político presente na ação social, bem como, ofusca “quem” (não o sujeito da ação, mas a ação sem sujeito) o produz.

Ainda gostaria de frisar que a abordagem marxista considera o nacionalismo através do entendimento de frações de classe. Ai, toda classe, além de social, é socializante no sistema capitalista, formando facções políticas fragmentadas, através de classes específicas, onde a política é um reflexo da cultura (BALAKRISHNAN, 2000). Com essa definição, Gopal Balakrishnan, apresenta o nacionalismo mais próximo da abordagem de Hobsbawn, um dos mais notórios historiadores marxistas, do que de Andersen, compreendendo que o problema da definição do estado na teoria política contemporânea,

resulta em um lugar onde nação e classe passam a ser complementares (BALAKRISHNAN, 2000).

Para Balakrishnan, a nacionalidade não anula as diferenças de classe, contudo engloba coisas “em comum” que às aproximam. A classe nesse sentido se torna um conceito importante pois, além de ser complementar a nação, se articula com o estado e passa ser complementar ao estado-nação. No entanto, essa ideia vai perdendo sentido no processo em que a nação vai se construindo através do processo de destruição de comunidades políticas (BALAKRISHNAN, 2000).

Para Balakrishnan, esse problema é representado pela diferença entre as teorias de Marx e Andersen. Para Marx, o estado legitima o resultado da luta de classes, onde o nacionalismo opera como alienador da nação, para o estabelecimento imaginado da “vitória” das classes dominantes. Para Andersen, o nacionalismo gera encantamento, imprimindo uma realidade fictícia do nacionalismo para defender sua teoria. Assim seria como se o nacionalismo dissesse que a nação e o sujeito nacional são, e conseqüentemente eles vão se tornando isso. Assim, Balakrishnan mostrar como os agentes, nação e sujeito nacional, tem interferência nesse processo (BALAKRISHNAN, 2000).

Para Balakrishnan (2000) Andersen retira os processos de dominação e da legitimação do domínio político da construção do nacionalismo, transformando historicamente socialmente os ínvios como iguais ao excluir coisas que estão na macroestrutura. Andersen vai ser compreendido apresentando contextos mais amplos ao mesmo tempo em que vai se distanciando da macroestrutura, para evitar o entendimento de que microestrutura e macroestrutura são produzidas de forma conjunta, entretanto são articuladas de formas diferentes.

Para ele o modelo de Benedict Andersen só faz sentido quando você relaciona nações que querem subjugar ou dominar umas às outras. No entanto, para as relações internas, a ideia de nação de Andersen não faz sentido nenhum, uma vez que a nação funciona de forma diferente da relação entre a macro e a microestrutura, dado que o nacionalismo é a socialização das classes fragmentadas em um processo político de construção de facções que buscam na política o fracionamento das relações sociais (BALAKRISHNAN, 2000).

A crítica pós-colonial de Partha Chatterjee (2004), autor indiano, via além do

apresentado por Gopal Balakrishnan ao propor a compreensão da modernidade enquanto uma narrativa, através de uma política popular. Para ele, a política popular é um conjunto de elementos que estabelecem as relações entre governos e populações e os resultados dessa relação. Chatterjee se aproxima muito de uma nova forma de pensar o conceito de governança, que será abordado posteriormente, pois identifica a democracia não como a vontade do povo, mas como, a política dos governados dado a existência de uma tensão entre a cidadania das minorias e a heterogeneidade da nação. Para ele, democracia é a forma que os governos fazem política, e a direcionam para uma política dos governados (CHATTERJEE, 2004)

É destacado por Chatterjee como a modernidade opera na construção da nação e da nacionalidade, uma vez que a universalidade contida no discurso da nação e na política estatal, ofuscam desigualdades presentes no interior da narrativa nacional, e como um nacionalismo universalista é mais uma narrativa da modernidade do que um elemento político. Por outro lado, ele concorda com Andersen ao observar a forma que a narrativa da nação paralelo a da modernidade está fragmentada e ocupa frações de poder, no entanto, para ele, a nação vinculada ao tempo homogêneo vazio, só existe enquanto uma narrativa da modernidade (CHATTERJEE, 2004). Isso quer dizer que, a comunidade imaginada só funciona se as pessoas pensarem que a nação funciona da mesma forma para todos os indivíduos (CHATTERJEE, 2004). Portanto, para ele, a nação existe sim como uma comunidade imaginada, mas está em um tempo heterogêneo carregado de significados políticos que são atravessados pela narrativa da modernidade (CHATTERJEE, 2004).

Nesse contexto, Chatterjee aponta que dentro dessa narrativa a democracia é a política dos governados, a forma que os governos fazem política, bem como, a cidadania é a possibilidade pela qual, pode-se compreender políticas universalistas relacionadas a defesa de direitos particulares. Ou seja, a modernidade reconhece o direito para todas as pessoas, mas ao mesmo tempo, estabelece quem são “as pessoas” de direitos, e através disso as insere dentro da ideia de cidadania (CHATTERJEE, 2004). Assim, afirmo que é necessário ter cuidado para não substituir a realidade estudada pela teoria sobre a realidade. Onde, embora limitada a realidade específica do contexto da Índia trabalhada por Chatterjee, se aproxima muito da ideia de governança, que será teorizada posteriormente por mim. Assim, Chatterjee (2000), consegue ver o nacionalismo para além de uma categoria explicativa, mas também como um projeto político que problematiza desde as políticas públicas internas até a política externa do estado nação (CHATTERJEE, 2000).

Nas décadas de 1950 e 1960, o nacionalismo ainda era entendido como uma característica das lutas anticoloniais da África e Ásia, tornando-se na década de 1970 um debate sobre política étnica (CHATTERJEE, 2000, p. 227). As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas principalmente pelo aprisionamento interdisciplinar de rivalidades acadêmicas em torno do conceito de “nação e nacionalismo” (BALAKRISHNAN, 2000). No início dos anos 2000, o nacionalismo passa ser utilizado para explicar tanto a organização de grupos nas lutas anti-imperialistas, quanto a difusão do imperialismo em torno da nação.

No discurso dos BRICS, em 2013, o nacionalismo aparece em um debate com objetivos econômicos que articulam através do social, político e cultural, uma malha diplomática voltada à uma economia financeira. Diferentes termos são utilizados para fomentar o debate, os quais ao serem destacados, podem ser atribuídos à definições do nacionalismo: “modelo de organização social”, “ideário de governança global”, “aspiração política”, “construção da imagem como um *status* político entre os membros do grupo, até chegar à um consenso de um *status* singular”, “ascensão política”, “os membros do grupo encontram um valor na preservação do agrupamento, mesmo que esse valor tenha significados diferentes para cada integrante do grupo”, “ganho de imagem que forma uma marca representativa BRICS”, “conjunto de forças em ascensão”, “reformas estruturais na política através de uma posição comum”, “desejo de um mundo melhor” (PIMENTEL, 2013)

Mostro que essa dinâmica de definições mostra como o nacionalismo tem retornado enquanto debate ao longo dos processos históricos, muitas vezes de forma sutil, dificultando o entendimento sobre o nacionalismo enquanto projeto político (CHATTERJEE, 2000). Assim, pontua-se que, na atualidade tal debate se relaciona com às políticas públicas e a política externa.

Relaciono que a perspectiva da identidade cultural e da representação da cultura é complementar as anteriores. A questão central nessa abordagem é entender que a identidade cultural e a cultura pratica são capazes de explicar como os marcadores sociais da diferença se relacionam com a nação e através disso expressam-nos nas políticas públicas. Desta forma, pode-se dizer que o nacionalismo uma espécie de política pública moderna?

Os debates sobre identidade cultural e cultura são mais contemporâneos, em termos de agenda política, no contexto das relações internacionais (VERDERY, 2000). Quando inserido as ideias de “nação e nacionalismo” em torno desses debates, esses conceitos que sempre estiveram na agenda da política global, passaram a ser o foco das relações

estabelecidas internacionalmente entre intelectuais e teóricos políticos (VERDERY, 2000).

Dessa forma, Verdery, considera “nação” como um operador básico da ordem política e simbólico-ideológica em um sistema de classificação social que marca os afetos políticos e sociais através da identidade cultural, a autora, destaca que a nação na modernidade se tornou a base da classificação do sistema internacional de estados nacionais, ao estabelecer a diferença em contextos amplos, em uma possibilidade de simbolizar a política em um discurso homogeneizador e calcinatório, que contorna a diferença através de uma factualidade social em uma história cultural específica (VERDERY, 2000, p.240).

A problemática estabelecida pela pesquisa de Verdery, (2000) é sobre a forma como são representadas e produzidas ideias relacionadas a nação e a identidade como formas centrais de luta política. Para ela, os projetos de construção nacional estão para além do nacionalismo, de tal forma, que a mesma realiza uma tarefa de distanciar a ideia de nação do nacionalismo (VERDERY, 2000). Uma vez que a ideia de nacionalismo não pode ser reduzida a simbolização do nacional e da nação. No entanto, tal aplicabilidade só pode ser realizada em espaços que possuem estado-nação consolidado, dado que, tal distanciamento reflete a forma que o nacionalismo pode ser anterior ou posterior ao estado-nação.

A nação estaria interseccionada com outros elementos sociais como etnia, raça, gênero e classe e sistemas classificatórios que fazem com que a nação opere de forma semelhante a identidade cultural. Por outro lado, salienta Verdery, que o estado seria o espaço onde se estabelecem as convenções simbólicas e as disputas ao redor de tais convenções, resultando assim, em uma luta pela legitimidade que associam grupos em relações de compartilhamento. Assim, pois, o estado torna significativa a diferença estabelecida em termos sociais e políticos. Por outro lado, isso faz com que a nação seja um símbolo legitimador da política e da circulação das formações políticas (VERDERY, 2000). Verdery, ainda destaca que isso representa uma mudança significativa no referencial da nação e sua articulação com o capital, tornando-se um elemento dinâmico nas relações sociais.

Homi Bhabha (2007) reforça a ideia que narrativa sobre a nação é duplicada a partir do ponto de vista de suas margens. Povo e nação, embora não horizontalmente organizados, passam a ser concebidos como uma complexidade histórica através de narrativas da modernidade que localizam o tempo nacional em um local cultural específico. Esse local é, em última instância, não só o resultado da duplicabilidade de narrativas, mas

é a duplicação do tempo e do espaço em torno da nação. Dessa forma, a sua proposta, é entender essa incoerência através das margens, que é onde está localizado, segundo sua abordagem, a relação ambivalente entre a nação e o povo nacional (BHABHA, 2007). Chatterjee (2004) identifica um fenômeno similar, mas que ele localiza na relação entre os que governam e os que são governados (CHATTERJEE, 2004)

O que nos interessa aqui, é entender como a modernidade para Bhabha apresenta um tempo duplicado, e é dentro dessa lógica dual que a nação tende a operar. É nessa mesma lógica que ocorre o fazer político, um duplo fazer da política estado e nação, nação e nacionalismo, nação e nacionalidade, estado e política, dentre outros exemplos. Esse ponto é central para a presente pesquisa, dado que, a noção pela qual trabalho a política nesse trabalho, se dá a partir das margens, ou seja, do espaço de duplicidade e da incoerência da narrativa nacional e do nacionalismo. Contudo, salienta-se que a política na realidade, não se faz nas margens, mas é nestas que se torna perceptível a forma como política e cultura se articulam. Onde, entende-se que é o local onde está inserido o nacionalismo enquanto elemento político, dado que é o local da cultura (BHABHA, 2007).

O tema do nacionalismo nesta pesquisa surge, em meu ver, como uma possibilidade de preencher uma lacuna relacionada a noções da identidade cultural quando esta, é relacionada à sistemas governamentais, ou articulada por eles para a construção formulação de suas identidades políticas. Nesse sentido as temáticas em torno do nacionalismo servem como fonte de explicação para problematizar as inspirações culturais que esses sistemas formam, e como isso influencia em seus exercícios políticos. Além disso, o nacionalismo evidencia a forma pela qual a significação política dos governos é uma questão de classe social passível de ser discutida através do nacionalismo.

2.2 BREVE PARNORAMA SOBRE CAPITALISMO: DO CONCEITO CLÁSSICO À DISCUSSÃO SOBRE CONSCIÊNCIA E SUBJETIVIDADE

Nessa parte busca-se apresentar de forma mais específica o capitalismo como um fenômeno histórico e social e uma pequena digressão do desenvolvimento da sua conceitualização. Dale W. Tomich (2011) destaca que muitas categorias analisadas são dadas como independentes e desconexas dos processos históricos, transformando-se em categorias imutáveis, com significados únicos (TOMICH, 2011). Por outro lado, muitas

categorias são constituídas levando em consideração suas próprias especificidades históricas, no entanto, alerta o autor, geralmente são associadas ao capitalismo como um conceito universal para validar a definição dessas categorias, ou para inseri-las na estrutura singular do mercado mundial.

Assim, a economia mundial passa ser apresentada como uma totalidade independente, onde qualquer uma de suas categorias pode ser removida e analisada isoladamente (TOMICH, 2011). No entanto, Tomich destaca que é necessário entender as características específicas no contexto da totalidade das relações em torno do capital, para dessa forma, entender o capitalismo como um fenômeno complexo e não como uma macro categoria reificada que explica todo os processos.

Para Marx, segundo ele, o capital é uma forma social e histórica específica, que estabelece relações sociais de produção. Essas relações são pensadas através do trabalho sendo que, o trabalho estabelece relações entre o capital e outras categorias universais. Assim, o trabalho, ou as relações de trabalho, seja ocultado e invisibilizado em detrimento das categorias universalizantes, e, dessa forma, ocultando-se também uma grande gama de elementos em torno do capital, como relações sociais de produção através de tais categorias (TOMICH, 2011, p. 40).

No caso dos governos, o trabalho é desassociado de seu contexto mais amplo pela ideia de governança, onde a governança passa ser uma relação social política, entre governos, com fins de produção do capital. No entanto, no caso das populações, o trabalho assalariado distingue o capital de outros modelos de produção social, bem como, estabelece uma relação social histórica que é refletida nos antecedentes de relações político-econômicas na economia mundial (TOMICH, 2011, p. 40).

Destaca-se que, é na relação “capital-trabalho assalariado” que está refletida a construção da subjetividade capitalista. Por outro lado, é na sequência das categorias “Mercadoria-Valor-Dinheiro-Capital” que está ancorada a formação da consciência capitalista, dado que, quando essas categorias ao serem tomadas em conjunto, formam uma heterogeneidade de relações que determinam inter-relações mais complexas (TOMICH, 2011). Assim, podemos interpretar que a subjetividade é o que forma as relações sociais e conseqüentemente está próxima à cultura. A consciência é o que se constrói em volta dessa subjetividade, e está relacionada com a construção da verdade na modernidade (GORDON, 2013). A articulação da consciência coloca a subjetividade em relação a produção social da verdade, e usa isso como forma de controle, onde ambas, consciência

e subjetividade, podem se relacionar com outros elementos presentes nas relações sociais. Que podem ser tanto amplos, como política, cultura, economia. Quanto específicos, como classes sociais, coletividades, grupos sociais e agrupamentos políticos.

Assim, é na “mercadoria” em que se pode observar a contradição entre trabalho assalariado e capital, mostrando a estrutura interna do capital como relação social (TOMICH, 2011). Segundo Tomich é o trabalho assalariado que confere coerência às relações sociais do capital e permite que o ele, se relacione com outros elementos através de seu valor. O conceito eixo de “O Capital” reside na relação assalariada enquanto elemento unificador da produção com a troca. Em outras palavras, o autor indica que o conceito de capital só pode ser compreendido enquanto totalidade, em Marx, através da relação com outros conceitos, e, em tal perspectiva, a teoria geral do capital é distinta da história geral atribuída ao desenvolvimento capitalista

Essa perspectiva de Tomich sobre o capital, ressalta a incoerência em se entender o capital com o desenvolvimento histórico do capitalismo. Para ele, a teoria de Marx fornece mais uma forma de organizar conceitos, contextualizar categorias a fim de reconstruir os processos históricos, do que uma definição sobre capitalismo, sendo “o ponto de partida e não o ponto de chegada” para a análise histórica que pode compreender o desenvolvimento capitalista mundial.

O capitalismo, para além de um processo histórico, de ser compreendido como um conceito dinâmico, que ao longo do texto possui diferentes significados, organizados pela lógica do capital e da cultura, que revela como tensões históricas locais e particulares, estão inter-relacionadas com a produção das tensões espaciais e temporais dos processos político-econômicos mundiais, (TOMICH, 2011).

2.3 O CONCEITO DE SISTEMA-MUNDO NA ANTROPOLOGIA

Na crítica que Tomich (2011) apresenta pode ser observado a forma como as categorias econômicas são construídas como análogas ou independentes dos processos históricos. Assim, a presente pesquisa opta por utilizar as concepções de sistema-mundo de Tomich, ao invés de outras concepções centralizadas na geopolítica do conhecimento. Para ele, ao se montar um esquema analítico estático, a política e a ideologia ficaram

sujeitas aos tecnicismos dos modelos econômicos vigentes, ao invés de serem entendidas como elementos mediados pela complexidade das relações sociais. É destacado em seu texto a forma como escravidão e capitalismo foram construídos teoricamente como categorias distintas, que operam de forma autônoma e independentes. Aqui, utilizo a proposta de Tomich, para apontar a forma como capitalismo e nacionalismo, muitas vezes, foram concebidos como categorias autônomas para significar sistemas econômicos vigentes

Dale Tomich utiliza tal aspecto, para problematizar a concepção de sistema mundial, de Wallerstein (TOMICH, 2011). Segundo ele, Para Wallerstein, o trabalho é uma categoria importante ao se apresentar como uma diversidade de formas em uma estrutura global relacionada. A proposta dele é entender a unidade de análise, ou seja, a forma como as relações de produção estabelecidas pelo trabalho, que definem o sistema capitalista, são as mesmas relações de produção do sistema como um todo. Para Tomich a estrutura conceitual pode elaborar estruturas fixas de análise, uma vez que, esse sistema mundial é concebido como algo que opera de forma constante e funcionalmente definida. Nele cada parte estaria subordinada ao sistema como um todo que estabelece a forma que as partes devem operar, onde cada relação é limitada pelo sistema.

Essa concepção é mais complexa do que a forma é tradicionalmente entendida, pois direciona ao entendimento do capitalismo enquanto modo de produção não apenas do capital, bem como, das relações sociais em torno do mesmo (TOMICH, 2011). Essa linha de raciocínio destaca a unidade e a complexidade das estruturas mais amplas dos processos históricos que ao longo prazo formaram a modernidade capitalista. Dessa maneira, as formas de produção capitalista em torno da “mais-valia” estariam igualadas à outras formas de produção na modernidade, onde a mobilidade das relações se tornaria o foco de análise (TOMICH, 2011, p.34).

O conceito de mais-valia em Marx está associado ao processo de valorização do capital, através da exploração do trabalho assalariado extorquido do operário e/ou camponês. O proletário é explorado ao vender sua força de trabalho por um salário pago limitado à subsistência e a reprodução de trabalho. Como tal valor é inferior ao valor produzido pelo trabalho empregado, o excedente é apropriado pelo capitalista, que são os donos dos meios de produção (BOBBIO, 1998). Para Tomich (2011) é a mais-valia estabelece relações de produção e troca dentro do capitalismo (TOMICH, 2011).

A problemática proposta por Tomich (2011), é que o modelo conceitual de Wallerstein

não consegue entender de forma adequada a importância das formas particulares de relações sociais e suas condições históricas no interior do sistema mundo, no caso desta a governança. Nesse sentido, Wallerstein, segundo Tomich, propõe um “sistema histórico” da lógica da economia mundial, que não tem história, e figura quase que apenas como resultado de um desenvolvimento proposto por uma estrutura estática que entende as relações sociais políticas como automáticas dentro de um modelo econômico de produção (TOMICH, 2011). Assim, optei pelas concepções de Tomich para pensar a ideia de sistema-mundo.

Nesse sentido, acrescento que George Marcus (2001), apresenta um debate de suma relevância dentro dos fazeres teórico metodológicos da etnografia. Ele localiza a etnografia do/no sistema-mundo através do método multilocal, de tal forma, que ao fazer isso sugere que o sistema seja etnografado (MARCUS, 2001). O método multilocal segue os elementos por onde os mesmos circulam geralmente em processos mais amplos, mesmo que embora possa ser mobilizado para seguir um conjunto de elementos específicos que estão dispersos, e que podem ser encontrados em diferentes localidades, seu objetivo é fornecer uma explicação que supera a explicação por meio da unilocalidade. O movimento que Marcus (2001) realiza é que, etnografar o sistema-mundo significa transformar categorias explicativas em categorias analíticas que evidenciem as relações sociais e políticas de um contexto mais amplo (MARCUS, 2001).

Embora Marcus (2001) tenha realizado um movimento metodológico importantíssimo ao entender o lugar, ou as diferentes localidades onde é possível entender as relações sociais José Jorge de Carvalho (2001) problematiza o seu entendimento sobre o fazer etnografia do/no sistema-mundo. Para Carvalho (2001), fazer etnografia no sistema-mundo não significa apenas etnografar lugares, como sinônimos de espaços, diferentes em uma mesma temporalidade histórica, mas sim entender a complexidade das relações sociais em relação aos processos históricos em andamento. Para ele é importante perseguir no esforço de etnografá-las em temporalidades diferentes até o momento em que chegam à um lugar/local/espço específico e tomam formas particulares (CARVALHO, 2001).

Dessa maneira, elas podem ser etnografadas em um local específico onde são associadas, mas entendendo que elas existem em temporalidades distintas. Ou seja, da mesma forma que não é possível entender esses elementos em um único local/espço específico, mas sim em diferentes localidades, não é possível também entender diferentes localidades em uma mesma temporalidade. Assim, trata-se de compreender

lugar/local/espaco especifico, através de formas particulares. Etnografadas em diferentes temporalidades, mas que, associam-se em momentos/processos especificos do presente.

Isso quer dizer que, em meu ver, para entender a complexidade das relações sociais, é necessário primeiro reduzir outros elementos (como capitalismo, nacionalismo e governança) a ideia de “relações sociais”, para expandir tal conceito, e através dessa expansão entender esses mesmos elementos dentro de um processo histórico ainda em andamento. Explicando assim, a forma pela qual essas relações emergem posteriormente como facções políticas. O que por sua vez fornece uma explicação dos BRICS através do entendimento das relações sociais.

Como aponta Peirano, etnografia não é método, é teoria, e não qualquer teoria, é teoria crítica localizada e emancipada das categorias explicativas convencionais das ciências sociais e humanas (PEIRANO, 2014). É o local onde o cientista olha com outros olhos e vê com outros sentidos. Tal local é definido pela experiência no trabalho de campo, onde ocorre a coleta de dados. Assim, chamo atenção para a necessidade de se entender o caso dos BRICS, apresentado a seguir, através da etnografia. Assim, pessoalmente, localizo o debate no sistema-mundo através de duas categorias explicativas problematizadas anteriormente, capitalismo e nacionalismo, enquanto relacionadas à produção do capital da modernidade.

2.4 O CASO DOS BRICS

2.4.1 Os BRICS no Sistema Internacional

Acredita-se que foi Jim O`Neill, economista do banco *Goldman Sachs* o criador da noção de BRIC em 2001, ao chamar atenção de investidores financeiros, para países tidos como emergentes e, que de acordo com ele, “cresceriam mais que as economias do G7” (VASCONCELOS, 2020). Ao tratar sobre as tendências de mercado para a década que se iniciava, ele abordava os mercados de Brasil, Rússia, Índia e China referenciados pelo acrônimo “BRIC”.

A crise financeira de 2008 iniciada em *Wall Street*, fez com que o acrônimo, para além de um termo financeiro, recebesse um sentido político dado o bom desempenho das economias desses países naquele contexto de crise, embora os países estivessem em estágios de desenvolvimento econômico dispares. Dessa forma, em 2009, os chefes de

estado dos governos desses países realizaram uma reunião, inspirada no modelo do G20. A realização da cúpula dos BRICS teve a finalidade de dar densidade a representação geopolítica, questionando até certo ponto as estruturas econômicas internacionais vigentes e a forma que estas afetavam os países com economias em desenvolvimento.

Em 2011, embora criticada pelos outros países do continente Africano, a inclusão da África do Sul no BRICS ocorre resultando na elevação no poder e na representação internacional”, se tornando assim, “os BRICS” da forma como é conhecida hoje (VASCONCELOS, 2020). Tal inclusão se mostrou positiva ao grupo, fortalecendo as percepções internacionais, bem como, posicionando os holofotes internacionais sobre tal movimento.

O grupo se inseriu na agenda internacional através de um processo de integração econômica, observando a interdependência dos países em desenvolvimento, por meio de um sentimento de pertencimento ao “terceiro mundo”, para se contrapor as estruturas hegemônicas vigentes. Por outro lado, os BRICS efetiva sua política através de uma agenda regulatória e agendas políticas entre os governos para o financiamento conjunto de projetos de desenvolvimento. Essas agendas resultaram na criação de instituições como o *New Development Bank*, novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS, como alternativa à lógica do Banco Mundial e do Fundo Monetário internacional (VASCONCELOS, 2020).

2.4.2 Antecedentes Dos BRICS Sob Perspectiva Brasileira: Um Episódio De Políticas Públicas

Embora existam uma série de debates, políticos e teóricos, em torno do fenômeno BRICS, assim como modelos analíticos de diversas disciplinas para entendê-lo destaco que uma possibilidade de exercício metodológico é através da observação de seus antecedentes a partir da perspectiva brasileira, dado que, as percepções sobre a agenda brasileira nos/dos BRICS se tratam de um episódio de políticas públicas em contextualização.

Inicialmente comecei o trabalho de campo buscando a ideia de “crise” em documentos disponíveis *online*, aprovados nas cúpulas dos BRICS, buscando “temas chave” relacionados a “palavras-chave” para formar, “termos-chave de análise”. Assim, me deparei com o primeiro problema em campo, os documentos estavam em suas versões

resumidas, e seu caráter de conteúdo estava limitado. Com esse impasse relacionado a coleta de dados, a suposta “crise” que eu estava buscando nos BRICS se voltou contra mim, que enquanto pesquisador, entrei em crise.

Não conseguia me sentir um pesquisador, apenas observava texto atrás de texto, só pensava nas limitações de minha pesquisa e como ela estava perdendo seu significado a cada dia que passava. Foi nesse momento que me senti para além de pesquisador, um antropólogo, ainda não formado e com interesse de diálogos com a ciências políticas e as relações internacionais, que entendi que o fazer etnográfico é dividir a responsabilidade, mas também, assumi-la ao entender que se está propondo uma problemática que gera problemas na realidade social.

Meu orientador me surpreendeu ao conversar sobre a forma de lidar com tal impasse. Dado que, eu esperava que ele me desse uma solução, quando na realidade, o que recebi, foram ferramentas que eu pudesse utilizar para solucionar o problema o qual me deparava. Naquele momento entendi que não existia uma solução pronta para os problemas da pesquisa, mas que existem ferramentas que podem ser utilizadas para auxiliar o pesquisador nesse processo.

Foi então que passei entender a metodologia de alguns dos trabalhos recentes que estavam tratando sobre os BRICS, em um espaço que acredito que produz análises especializadas sobre as temáticas que estava abordando. Naveguei então pelo site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, na busca de documentos analíticos sobre os BRICS e encontrei um segundo problema. Os dados estavam sendo coletados através de métodos que eu não tenho conhecimento:

Então ontem eu já consegui dar uma boa olhada nos arquivos, trabalhando entre ontem e hoje de uma forma não saudável hahahhh!¹ Então, relacionada aos textos do IPEA, aqueles que você tinha me mandado e mais alguns que dei uma olhada! primeiro de tudo é que existem dados e documentos, porém nem tudo está disponível, mas eu estava olhando nos lugares errados! No entanto, esses dados eles estão sendo coletados com aquela coisa difícil da economia que a gente estava conversando², alguns foram feitos manualmente (eu acho), mas ainda sim ficou inviável.” (FUCHS, Mateus. **[conversas sobre a coleta de dados]**. WhatsApp: [mensagem privada]. 15 fev. 2022. 13:43. 1 mensagem de WhatsApp.)

¹ Forma de indicar risos relacionados ao humor, comuns em redes sociais.

² Métodos da “Macroeconomia”.

Além disso, exemplifiquei nas reuniões de orientação alguns dos modelos metodológicos que estavam sendo empregados. Embora existissem trabalhos sobre análise de discurso, acredito que naquele momento eles soaram com irrelevantes para o que eu estava abordando, e foi o que me fez se aproximar de forma íntima ao método etnográfico e o fazer trabalho de campo antropológico.

Por exemplo, um deles utilizou do modelo de equilíbrio geral computável Global Trade Analysis Project (GTAP) combinado com uma revisão de literatura, o outro realizou a coleta de dados diretamente na OMC e desconfio seriamente que foi utilizado um programa/software ou uma linguagem de programação para a coleta de dados, porque foram formados gráficos e tabelas que seria muito difícil fazer manualmente. Outro trabalho mapeou tarifas de importação e coletou dados no “Informativo Tributário Contábil”. Das pesquisas que eu fiz dentro daquela seção do IPEA, um foi utilizado um modelo de equilíbrio geral computável (CGE), outro realizou uma pesquisa exploratória com informações disponíveis da página do NDB (novo banco de desenvolvimento) como atas de reunião, relatórios de desempenho, demonstrações financeiras, a apresentações à investidores etc. (FUCHS, Mateus. **[conversas sobre a coleta de dados]**. WhatsApp: [mensagem privada]. 15 fev. 2022. 13:43. 1 mensagem de WhatsApp.).

No entanto, ocorreu um momento definidor do desenvolvimento do trabalho, onde meu orientador, comentou sobre a organização metodológica de uma dissertação de mestrado a qual ele havia participado da banca recentemente. Ao observar a forma que a dissertação de mestrado estava organizada e a forma como a autora organizou as informações, comecei a ter ideias mais relevantes para investigação, a criatividade tivera se tornado a melhor ferramenta, pois estava associada a liberdade de investigação. Quando busquei na internet, mais uma vez, orientado por essa nova perspectiva curiosa por textos sobre os BRICS, encontrei uma “coleção” de livros da Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, debatendo questões sobre BRICS através de uma conversa contínua entre obras. Essas conversas continham avaliações de acadêmicos e diplomatas brasileiros sobre o grupo, que pudessem estar direcionadas aos interesses da sociedade brasileira. Segundo o governo brasileiro:

A Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), instituída com base na Lei nº 5.717, de 26 de outubro de 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, que tem como

objetivos básicos: realizar e promover atividades culturais e pedagógicas no campo das relações internacionais; realizar e promover estudos e pesquisas sobre problemas atinentes às relações internacionais e sobre a história diplomática do Brasil; divulgar a política externa brasileira em seus aspectos gerais; e contribuir para a formação no Brasil de uma opinião pública sensível aos problemas da convivência internacional”)Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG. gov.br, 2021)³. Acesso em: 10 de julho de 2022.}

Assim, através de um recorte de pesquisa, selecionei uma das obras que considerava mais relevantes para coletar dados, onde o método etnográfico estaria mais perceptível para a produção de uma boa etnografia. Busquei o espaço social onde a realidade pudesse ser observada de forma analítica (PEIRANO, 2014).

Dessa forma, encontrei em uma das obras, que apresentava textos de mesas-redondas debatidas em 2012, uma segunda edição, do embaixador da época, ano 2013, José Vicente de Sá Pimentel, produzido pela FUNAG, que tratava sobre a agência brasileira nos BRICS relacionada a agência internacional, mas que continha o texto de mais quatro pessoas, na segunda parte do livro, que representa os textos da terceira Mesa-Redonda, debatidos em 31 de Julho de 2012, na Fiesp, São Paulo, e que estavam, ressaltado eu, direcionando uma perspectiva aos formuladores das políticas públicas brasileiras.⁴

Foi o próprio organizador José Vicente de Sá Pimentel 2013, que me direcionou em sua introdução a essas pessoas. Sendo elas, Valdemar Carneiro Leão, um negociador brasileiro das questões econômicas nos BRICS. Paulo Nogueira Batista Jr., economista e representante brasileiro no Fundo Monetário Internacional – FMI. Fernando Pimentel, conselheiro e Secretário adjunto da Assessoria Internacional do Ministério da Fazenda. Ronaldo Sadenberg, embaixador e ex-Ministro da Ciência e tecnológica, bem como, ex-Presidente da Anatel.

Se tratava de um episódio e políticas públicas porque essas pessoas, ressaltadas por Pimentel, estavam conforme a análise feita do material contido na publicação, mais preocupadas em influenciar os formuladores de políticas públicas do que de fato produzir

³ Disponível em:

<[⁴ O Brasil, os BRICS e a agenda internacional / Apresentação do Embaixador José Vicente de Sá Pimentel. – 2. ed. rev. ampl. -- Brasília : FUNAG, 2013.](https://www.gov.br/pt-br/orgaos/fundacao-alexandre-de-gusmao#:~:text=realizar%20e%20promover%20estudos%20e,aos%20problemas%20da%20conviv%C3%Aancia%20internacional.>.</p></div><div data-bbox=)

uma reflexão especializada e teórica sobre os BRICS.

De igual forma como havia começado, busquei nos textos de Valdemar Carneiro Leão, Paulo Nogueira Batista Jr, Fernando Pimentel e Ronaldo Sadenberg, contidos no livro *O Brasil, os BRICS e a agenda Internacional*, publicado em 2013, “temas chave” relacionados a “palavras-chave” para formar, “termos-chave de análise”. Assim, identifiquei a agenda brasileira nos/dos BRICS como um tema chave relacionada a concepções identificadas por palavras-chave, formando assim termos-chave de análise de conteúdo.

Vale ressaltar que, só faz sentido dizer que os debates deles estão associados à um direcionamento para os formuladores de políticas públicas, quando trabalhados de forma conjunta. Esse movimento faz com que os BRICS pareçam mais uma “organização internacional” do que um movimento político, e assim direciona o olhar dos formuladores de políticas públicas. No entanto, diferentemente de minha primeira hipótese que buscava entender o grupo enquanto uma “organização internacional” preocupada com a crise, foquei em duas dimensões que caracterizam esse movimento, sendo elas, capitalismo e nacionalismo.

2.4.3 Os BRICS Enquanto Comunidade Imaginada

Em primeiro lugar, relacionar os BRICS à ideia de Andersen (1995) só faz sentido se os BRICS forem encarados enquanto movimento político, pensados no contexto da polarização entre socialismo e capitalismo, elementos esses que geraram um mundo “multipolar”, sendo resultado de um processo de formação cultural. Diferentemente da ideia de nação, na perspectiva de Andersen onde os indivíduos que a compõem não interagem diretamente, os BRICS o fazem face a face enquanto “sujeitos-nacionais”, ou seja, o grupo de países existe na modernidade para além de um imaginário cultural. Essa concepção afasta os BRICS da ideia de nacionalismo, no entanto, quando pensamos o capitalismo produzido no contexto dos BRICS, identificamos uma relação mais profunda entre os BRICS e o nacionalismo, através de uma noção de comunidade com características presentes no nacionalismo:

“Em suma, questionar o BRICS sob o argumento de falta de afinidade política entre seus integrantes e de disfuncionalidade operacional não contribui para a melhor compreensão de seu escopo e de seu *modus operandi*. Um enfoque mais instigante seria o de buscar entender o que sustenta o grupo como fenômeno político. Nessa linha, a resposta preliminar é a de que os membros encontram um “valor” na preservação do agrupamento, valor esse que será, obviamente, diferenciado para cada um deles. Sua identificação no nível individual seria um aspecto de evidente interesse analítico.

Sem prejuízo dessa diferenciação entre os cinco países, o valor que o grupo gera apresenta dois componentes comuns a todos os seus membros, ainda que os benefícios não sejam auferidos na mesma escala por todos eles. O primeiro desses componentes é o de ganho de poder, aí entendidos peso político e capacidade de ação ampliados, maiores, portanto, que os de cada um de seus membros, tomado isoladamente.” (LEÃO, 2013, p.455-456)

Essa ideia de valor na preservação de um agrupamento que o grupo possui, forma uma noção de comunidade, onde, ao entender o grupo enquanto fenômeno político, através de seu *modus operandi*, caminhando assim, para uma concepção de um movimento político que vai recebendo significado, um significado que faz mais sentido externamente do que internamente conforme Valdemar Carneiro Leão que completa “Infere-se que a atuação externa do BRICS, quando persegue objetivos de governança, tem sido mais frutífera do que aquela que exerce intrabloco, onde só agora começam a delinear-se iniciativas de alguma visibilidade (acordos de swap, pool de reservas e banco de desenvolvimento).” (LEÃO, 2013, p.455)

Destaco ainda que, na fala de Leão, todas as vezes onde foi tratado sobre a agência brasileira nos BRICS, direcionou-se à questões de identidade cultural. Para ele a agência brasileira nos BRICS é o que formula a unidade cultural do grupo. Os outros países do agrupamento apenas moldam essa identidade, ou seja, a forma que os outros estados-nação e o sistema internacional veem o grupo seriam decorrentes da forma como o Brasil atua no interior do grupo. Questiono ainda, por que seria tão importante que o Brasil formulasse isso naquele contexto?

Para Batista Jr. (2013), a identidade cultural do grupo é entendida através das ideias de coordenação do grupo, onde embora existam divergências, os países não interferem na soberania uns dos outros. No entanto para Pimentel (2013), essa identidade é mais uma projeção sobre o futuro, do que atuação presente, dado que o grupo ainda estaria ganhando forma. Pimentel tem concepções que relacionam o risco a uma projeção do futuro, uma vez que a ideia de risco está sempre relacionada a formulação de estratégias de combate de

uma crise econômica global, estratégias essas, presentes no mercado internacional.

Em outro aspecto da sua argumentação Pimentel (2013), argumenta que a ideia de comunidade é resgatada através do contexto da identidade cultural, onde os BRICS são apresentados enquanto grupo que busca caminhar para uma homogeneidade e unilateralidade de posições políticas chegando até assumir uma conotação “nacionalista”:

“A continuidade das reuniões de Cúpula sugere a existência de um ‘valor’ que cada um de seus membros identifica na existência do agrupamento. Esse valor será diferente ou diferenciado em cada caso e variável na sua intensidade. Em comum, porém, ele consiste em ganho de poder (para a consecução de objetivos que, isoladamente, nenhum de seus membros lograria alcançar nos mesmos prazos ou condições) e em ganhos de imagem, de “marca”, com os benefícios, sobretudo econômicos, daí decorrentes.” (LEÃO, 2013, p. 461)

No entanto, naquele momento, era uma noção de comunidade sendo formada, mas ao mesmo tempo, tal noção estava sendo colonizada pela percepção do nacionalismo moderno dos estados-nação envolvidos no grupo. Tal colonização é feita através do capitalismo, não em um sentido de produção, mas em seu sentido de construção de consciência do grupo, utilizando-se do apresentado em Tomich (2014). Por outro lado, é a modernidade que possibilita tal circulação do nacionalismo através do capitalismo, dado que, só faz sentido pensar na subjetividade de um estado-nação, ou na consciência de um agrupamento internacional, no tempo/espaço da modernidade, através de uma heterogeneidade de relações sociais:

Finalmente, terá contribuído para a trajetória do BRICS uma percepção compartilhada de que, pelo menos em foros econômicos, o agrupamento reforça consideravelmente a posição individual de cada um dos seus membros. O valor e o peso do bloco como plataforma de negociação são periodicamente demonstrados nas mesas de negociação financeira internacional. (PIMENTEL, 2013, p. 491)”

Por fim, é em Sadenberg (2013) que percebemos como o grupo opera a ideia de “crise”, e podemos entender a crise financeira como uma segunda queda do muro de Berlim e a intensificação da multipolarização do mundo transformada em uma agenda política. O combate a “crise” é o que uniria as forças do grupo e formaria sua identidade cultural (SADENBERG, 2013). Destaco que a única forma dessa identidade cultural existir é em um contexto de comunidade que se relacione com o nacionalismo através do capitalismo.

A concepção de comunidade, presente em Sá Pimentel (2013), quando colonizada por percepções do nacionalismo no momento em que o grupo começa a se apresentar como parte de um capitalismo, faz com que o grupo opere com uma mentalidade, ou consciência imaginada, operando enquanto uma comunidade imaginada, embora não seja uma. Todavia, forma uma ao se apresentar na duplicidade do tempo-espaço da modernidade se quisermos nos aproximar das concepções apresentadas por BHABHA (2007). Ou seja, passam existir duas comunidades, uma real, presente nas relações sociais, e uma imaginada, presente na representação política internacional.

Isso reflete em três instancias importantes. A primeira, a produção do capitalismo dos BRICS que passa compor uma agenda moderna (Sá Pimentel, 2013) e busca se contrapor as hegemonias, se estabelecendo como uma ortodoxia, busca maximizar os ganhos, dado um reordenamento nas estruturas de seu próprio sistema hegemônico. Em segundo lugar, isso gera um imaginário cultural que produz representações geopolíticas através de uma identidade cultural que busca uma formação política (Sá Pimentel, 2013). E em terceiro lugar, estabelece uma relação entre governos e populações, ou seja, um brasileiro, consegue se sentir parte dos BRICS. O sentimento de pertencimento ao terceiro-mundo que é sempre frisado pelo grupo, se configura como uma necessidade. Por outro lado, tal sentimento é produzido através de inspirações nacionalistas. Isso revela não apenas o caráter governamental do grupo, bem como, ilustra o caráter nacionalista que pode ser formado pelos governos através de um movimento político.

2.4.4 Os BRICS no Sistema-Mundo: Do Conceito À Agenda Política

As indicações sobre essas três instancias são importantes porque possibilitam um novo olhar sobre a governança. A governança passa não ser apenas um resultado da relação entre estados-nação em uma lógica capitalista moderna, mas opera com um sentimento de representação política interdependente na construção de um sistema internacional (TOMICCH, 2011). Isso faz com que sejam atribuídos outros significados as estruturas de poder vigentes, onde a interdependência só faz sentido nos processos de representação política, quando esses processos são mobilizados para interferir em alguma forma de organização internacional ou local, fazendo com que a própria ideia de governança vá perdendo seu significado ao longo do processo de representação política, que passa ser mais abrangente que uma relação entre os estados-nação, e foge ao controle

destes (TOMICH, 2011).

Essa operacionalização relacionada aos governos estabelece uma relação entre capitalismo e nacionalismo que só faz sentido quando pensada a partir da ideia de sistema-mundo (TOMICH, 2011) que produz agrupamentos como os BRICS, e até mesmo acordos bilaterais e regionais. Por outro lado, isso impacta localmente na produção do nacionalismo dos estados-nação, uma vez que, isso desloca a ótica da relação entre governos e populações e da governança apresentada anteriormente com as ideias de Chatterjee (2000), para uma percepção de pertencimento ao sistema mundo.

Os BRICS relacionam uma macro identidade política emergente formulada através da identidade cultural, identidade essa que é significada através das percepções do nacionalismo de cada nação, onde, quando aproximadas, transformam-se em uma possibilidade de “nacionalismo terceiro-mundista”.

Isso faz com que os BRICS sejam mais uma comensalidade política entre nações buscando negociar com a modernidade, do que de fato um exercício político emancipatório no contexto do sistema-mundo. Só faz sentido pensar os BRICS enquanto movimento através da ideia de política do estado. Assim, o fenômeno BRICS é sempre contraditório, pois dependendo da forma que é analisado ou entendido, assume determinados significados políticos, culturais ou econômicos. Portanto, entender agenda política nos BRICS, ou o que Vasconcelos (2020) definiu como “Agenda Regulatória”, seja mais importante do que tentar caracterizar o fenômeno de sua existência na contemporaneidade.

3 UM MAPA SISTÊMICO: CATEGORIAS POLÍTICAS COMPARADAS

3.1 INSTANCIAS DO CAPITALISMO: O LOCAL DO NACIONALISMO

3.1.1. BRICS: Representação, Política e Cultura

É interessante entender a forma que os BRICS, ao inserirem-se na agenda internacional, intervêm em um espaço de negociação (VASCONCELOS, 2020). No entanto, essa agenda, ao estabelecer elementos práticos de financiamento de políticas locais entre os membros do grupo, vai perdendo seu *status* de representação geopolítica, por apresentar as vulnerabilidades econômicas de cada estado-nação, membro dessa

agenda. Assim, no imaginário cultural, a identidade cultural dos BRICS é produzida através do “nacionalismo” (sendo o nacionalismo também o sentimento de interdependência construído pelo grupo) enquanto elemento político. Essa “identidade cultural” só existe em um tempo moderno e imaginado. Assim, ao falar sobre “identidade cultural” nos BRICS, é o nacionalismo que compõe esse diálogo, dado que ele atribui significado cultural a essa identidade.

Sendo o local da cultura, o discurso de identidades culturais emergentes que produzem um fazer político através de categorias dispersas, é nele que reside o nacionalismo enquanto margem que produz tal discurso, por outro lado, o local do capital está na atemporalidade que duplica o tempo-espaco através da modernidade em torno das narrativas nacionalizantes (BHABHA, 2007). Esses dois elementos podem ser encontrados de forma conjunta na representação das narrativas contemporâneas. Dessa forma, pensa-se a narrativa em torno do fenômeno “BRICS” enquanto um tensionamento temporal, bem como, uma “identidade cultural” emergente, localizada entre o capital e o nacionalismo, que faz referência ao local (espaco/tempo) da “cultura” na modernidade (Sá Pimentel, 2013)

Lembro-me claramente de um episódio recente, em que presenciei um questionamento de um rapaz da África do Sul à algumas pessoas que trabalhavam profissionalmente com os BRICS, buscando entender a forma que, o grupo poderia ajudar estruturalmente o país, através de investimentos e financiamentos de políticas públicas. Ele recebeu uma resposta um tanto quanto interessante: os BRICS enquanto grupo, só poderiam ajudar o país, através de iniciativas propostas primeiro pelo país. Ou seja, as iniciativas precisariam vir primeiro do país, para que depois, os BRICS pudessem financiá-las. Foi aí que me dei conta desde então, que os BRICS representam um instrumento político entre governos, ou seja, um instrumento governamental que fomenta um espaco de negociações.

É possível que os BRICS hoje, não sejam o melhor exemplo da relação entre capitalismo e nacionalismo na política internacional, contudo, é fato que representam um caso interessante sobre uma discussão política que envolve a relação entre sociedade e estado através da governabilidade. Além disso, em um cenário mais amplo, problematizam o contexto de proposição de políticas públicas no contexto internacional. Por outro lado, fomentam o debate sobre a complexidade das relações entre estado e desenvolvimento considerando o cenário da política internacional enquanto agente interventor das relações capitalistas globais, sob a ótica da governança global.

3.1.4. Governabilidade: Epistemologia e Instrumento Político-Cultural

Ao falar de governança, entra-se em um dos debates da Ciência Política na atualidade que se refere a capacidade do estado-nação e de seus governos em governar. Todavia, quando essa arte de governar entra em crise por transcender os limites mentais construídos em torno do estado-nação, o que sobra é a ideia de governabilidade. Entende-se assim a crise da governança moderna enquanto uma incapacidade que reflete as contradições do sistema capitalista (BOBBIO, 1998).

A governabilidade surge em oposição a não-governabilidade que representa as incertezas políticas de governar-se na modernidade (BOBBIO, 1998). Ambas compõem um sistema que se encontra em curso, em um processo mais amplo, que se estende na medida em que é teorizado, sendo assim, são fenômenos incompletos, segundo Bobbio. Em linhas gerais, a governabilidade representa um processo de legitimação política sistêmica, estimulada através de duas categorias: a expansão, que é a ampliação do papel e da organização estatal para intervir na economia, e a intervenção política do estado que interfere na economia para sua expansão através de uma política intervencionista. Ela sempre surge em resposta a superação de uma crise de governança/não-governabilidade, de um sistema político capitalista (BOBBIO, 1998).

Em outros aspectos, segundo o autor, a governabilidade em tese seria a resposta de como governar um sistema capitalista em crise de forma legitimadora, através de vínculos e associações políticas entre governos representativos das pautas da população. Em outras palavras, a governabilidade possibilita uma solidariedade política para além do estado-nação, entre os governos. Atuando assim, em duas instâncias políticas principais: a de legitimação simbólica, que reconhece e torna legal o fazer e a agenda política cotidiana dos governos na sociedade, e a de legitimação da acumulação do capital, que através da legitimação simbólica transforma-se na forma “mais autêntica” dos governos se relacionarem com o mundo, ambas validando e produzindo autenticidade ao fazer político por meio da governabilidade (BOBBIO, 1998). Contudo, ambos elementos possibilitam um relacionamento entre as diferentes classes sociais específicas através de governos, que legitimam o fazer político dessas classes e descentralizam as pautas das populações (BOBBIO, 1998).

Dito isso, reforça-se a compreensão do autor que não se pode entender governabilidade e não-governabilidade como componentes complementares e antagônicos

A não-governabilidade não é a ausência da governabilidade e vice-versa. Ambas ocupam um mesmo papel, de legitimar o fazer político dos governos (governabilidade), ou deslegitimar tal fazer (não governabilidade) através de instancias políticas. Apontado que a governabilidade está mais relacionada à sociedade do que ao estado-nação, é necessário entendê-la a partir da forma que o estado-nação é governado e, através disso, fraciona a sociedade em que estabelece seu domínio através de uma “crise” funcional. Ainda segundo Bobbio “[...] deve ser entendida como uma crise global de transformação da ordem de um sistema social (seja limitando-o, como foi substancialmente feito, aos sistemas capitalistas seja ampliando-o, como seria oportuno, a todos os sistemas contemporâneos avançados).” (BOBBIO, 1998, p. 553).

A governabilidade é o que permite que níveis “subnacionais, locais, regionais e industriais” conversem com sistemas políticos internacionais sendo uma ferramenta analítica de sistemas políticos interdependentes: “A necessidade de considerar todas as interações complexas e não reduzíveis a intercâmbios bilaterais, a relações nas quais não sejam imediatamente identificáveis todos os elementos, nos leva diretamente a uma análise sistêmica.” (BOBBIO, 1998, p. 553).

Assim, destaco que o caso do BRICS, ao ser entendido no contexto do sistema-mundo apresentado por Tomich (2011) pode ser um bom exemplo da forma como os governos articulam esse processo. Entender os BRICS através da governabilidade possibilita entender a forma que as organizações de classes sociais capitalistas, encontram-se fragmentadas na agenda política dos governos. Sob outro ângulo, a governabilidade pode ser entendida em Chatterjee (2004) como a relação entre governos e populações, o que, por sua vez, transformou a democracia em uma política dos governado para manter as relações de poder entre classes sociais específicas, onde as classes se utilizam do Estado para tentar fazer com que seus interesses políticos sejam efetivados (CHATTERJEE, 2004).

Por fim, aponto que falar sobre BRICS implica em um episódio de políticas públicas, quando percebemos através do método etnográfico que, sua agenda política localiza-se em “frações de classes sociais” específicas e seus governos, o que explica os direcionamentos dos textos apresentados em Sadenberg (2013) aos formuladores de políticas públicas brasileiras.

4 DISCUSSÃO SOBRE AS ETNOGRAFIAS DO CAPITALISMO

Inicialmente, podemos entender a etnografia como uma pesquisa empírica produzida através da antropologia e fonte de renovação dela: “A empiria – eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos –, é o material que analisamos e que, para nós, não são apenas dados coletados, mas questionamentos, fonte de renovação.” (PEIRANO, 2014, p. 380).

Esses elementos diferenciam um “fato social” de um “fato etnográfico”, a variedade de concepções desse último faz com que ele seja um elemento mais complexo, dinâmico e localizado: “Não são “fatos sociais”, mas “fatos etnográficos”, como nos alertou EvansPritchard em 1950. Essa empiria que nos caracteriza, aos olhos de alguns cientistas sociais pode ser uma desvantagem, se não uma impropriedade; penso, especialmente, nos sociólogos de ontem (e talvez nos de hoje também). Para os antropólogos, no entanto, é nosso chão.”. (PEIRANO, 2014, p.380)

Trazer o “fenômeno dos BRICS” enquanto um “fato etnográfico” tem claramente suas virtudes e limitações. Considerando que uma monografia na antropologia não é um “retrato fiel da realidade”, contudo, são “formulações teórico-etnográficas” (PEIRANO, 2014). Isso quer dizer que, elas não são o resultado de combinações do método etnográfico, mas sim, são formulações “teórico etnográficas”. Segundo Peirano, a etnografia não é o método, é o que torna o método etnográfico mais visível através dos “fatos etnográficos”, etnografia é também teoria. A etnografia representa uma contribuição teórica eminente, para além de uma descrição, é o estranhamento de determinado fenômeno social, combinado com um aporte teórico-metodológico para produzir uma análise que possa gerar reflexões sobre determinada realidade.

A inquietação pessoal sobre o “fenômeno BRICS” surgiu pelo fato de que, tanto academicamente quanto politicamente, tal fenômeno estava sendo tratado com uma verdade única, replicada, parafraseada e desconexa de outros fenômenos, mas que, mesmo com os diversos esforços de intelectuais e políticos, raramente possibilitava uma reflexão densa sobre as relações sociais. Por outro lado, dentro do campo antropológico, representa uma forma de reavaliar e expandir os horizontes da pesquisa teórico-etnográfica, como indica Peirano: “A emergência de novas pesquisas, sendo uma constante, deve nos levar a uma igualmente constante recomposição da antropologia, de

quem somos, e do mundo como o entendemos. Se essa lição da antropologia for mais partilhada, teremos menos certezas, mais dúvidas e, com sorte, mais liberdade (PEIRANO, 2014, p. 389).”

Como aponta Said, começar uma pesquisa implica em delimitar, delinear algo, revela a imprecisão e o dinamismo dos fatos (SAID, 2007). Foi somente com as concepções críticas presentes em Said, como fonte de inspiração, que foi possível entender o “fenômeno BRICS” através da Antropologia. Trabalhar o elemento enquanto unidade, compreendendo o “plano de fundo”, ou os processos intelectual e/ou político, que tornou tal experiência possível foi o ponto de partida que possibilitou tal abordagem (SAID, 2007). Entender os BRICS foi de fato uma “armadilha teórico-metodológica”, todas as vezes que abria o manuscrito para anotar algo, sempre tinha a sensação de que havia perdido meu “caderno de campo” (físico e mental). O entendimento sobre os BRICS estava sempre acumulado de “fatos sociais”, foi somente entendendo o fenômeno BRICS enquanto unidade, que possibilitou construir “fatos etnográficos”.

Da mesma forma que em Geertz assume um papel de significado para as relações sociais (GEERTZ, 2003), com os BRICS não foi muito diferente. Em primeiro lugar, a sociedade atribuiu significado aos BRICS, e através disso vai construindo narrativas históricas e “pessoais” para lidar com tais significados. Em segundo lugar, os BRICS, tornam-se uma possibilidade de expressão simbólica de seu proprietário, no caso os países que compõe o grupo nas relações sociais. Geertz parte de uma antropologia interpretativista para entender a dinâmica social através de expressões simbólicas das relações sociais, imprimindo através da etnografia uma noção de localidade, produzindo assim, uma narrativa não em sua totalidade, mas fragmentada (GEERTZ, 2003). Ainda segundo Geertz, o sistema de apostas nos galos torna-se o lugar onde os indivíduos vão produzindo e fortalecendo alianças políticas. Por similitura podemos compreender as cúpulas realizadas pelos BRICS assumem o mesmo papel da rinha de apostas no texto de Geertz. Nelas os países que compõem o BRICS fazem suas apostas sobre o sistema internacional.

Por outro lado, James Clifford ao questionar a perspectiva da autoridade etnográfica, que transforma a etnografia como elemento que encerra em si uma “verdade” antropológica, nos permite pensar questões da relação entre representação e cultura como elementos políticos (CLIFFORD, 1991). A relação entre cultura e política pode ser evidenciada na representação, ou seja, quem busca representar uma realidade, nesse caso

através da etnografia, quer estabelecer controle sobre o que é representado (SAID, 1990). Para Said (1990; 2003), fazer política através disso não é um problema, contudo, o problema é não assumir a política que você faz. Assim, destaco que, etnografar o capitalismo é sempre um fazer político, onde a trajetória do pesquisador, suas filiações teóricas e metodológicas, produzem relações políticas com o que se pretende investigar, e também pela forma pela qual será feito isso (SAID, 2003).

Assim, em uma pesquisa com um tempo curto para realização, eu precisava etnografar o capitalismo e ao mesmo tempo produzir reflexões sobre “As Etnografias do Capitalismo”. Foi direcionando a formulação teórico-etnográfica da etnografia para a noção de sistema-mundo de Marcus (2001) e para as etnografias do capitalismo que tornou possível organizar uma pesquisa com tal finalidade analítica. Por outro lado, foi com a justaposição de ordem de dados proposta por Strathern (1999) que permitiu através dessa organização, tornar o efeito etnográfico em uma discussão densa e ampla através de um espaço que é a obra publicada pela FUNAG e tomada como a principal fonte de dados sobre os temas da pesquisa, simples, mas que tem sua complexidade nas estrelinhas de um texto, que nesse caso estava impresso (STRATHERN, 1999).

A proposta de Marcus realiza um aporte que avança na discussão “método etnográfico-etnografia”. Embora muito frequentemente confunde-se método multilocal trabalhado pelo autor, com o fazer etnográfico e a etnografia, mais especificamente à etnografia do sistema-mundo. Contudo Marcus destaca uma formulação teórico-etnográfica, que além de identificar o “sistema-mundo” e suas interdependências como um “fato etnográfico”, transforma a ideia de “sistema-mundo” em uma possibilidade analítica (MARCUS, 2001).

É nesse contexto que está a ambivalência do título do texto do autor “Etnografia do/no sistema-mundo”. O “do sistema-mundo” possibilita agregar a formulação teórico-etnográfico o conceito de sistema-mundo, da mesma forma que “no sistema-mundo” possibilita localizar tal formulação no contexto em que foi produzida (sistema-mundo), sendo assim, uma possibilidade etnográfica (MARCUS, 2001). Por fim, a ideia de método multilocal mostra a forma que tal abordagem foi realizada, contudo, destaca-se que tal método sem uma característica teórico-etnográfica é incapaz de produzir uma etnografia (MARCUS, 2001). Parafrazeando Peirano, etnografia do sistema-mundo não é método, é teoria, e a forma de se chegar nessa teoria não possui um modelo metodológico pronto ou estável (PEIRANO, 2013).

A formulação teórico-etnográfica do/no sistema-mundo de Marcus, problematiza o lugar do fazer etnográfico, com a busca da saída dos lugares convencionais de análise. Ele propõe entender as conexões de um sistema interdependente através da etnografia (MARCUS, 2001). Na presente pesquisa, quando entendido a associação entre capitalismo e nacionalismo através da governabilidade, optou-se por entender essas concepções seguindo suas associações, contudo, ao localizar essas concepções no sistema-mundo, o foco passou para os sistemas e suas conexões, sendo sempre um duplo fazer do/no campo.

Marcus, ainda destaca o surgimento da etnografia multilocal, que possibilita ao etnógrafo circular etnograficamente por espaços que seriam impossíveis de serem analisados em uma única localidade (MARCUS, 2001). Por exemplo, se entendemos o capitalismo através do próprio capitalismo deixamos uma série de elementos de fora da análise. Porém quando entendemos capitalismo através da sua associação ao nacionalismo, possibilita-se que a etnografia circule por mais de um local. Entender o capitalismo unilocalmente desloca a possibilidade do fazer etnográfico, e impossibilita a realização da etnografia. O capitalismo enquanto “fato etnográfico” compreende uma reflexão analítica, deslocando sua unilocalidade estabelecida pela modernidade.

Em Andersen, ao falar sobre “Comunidades Imaginadas”, o autor destacava já a forma que o capitalismo de imprensa, ou capitalismo impresso divulgado através dos jornais, difundiu-se em relação ao nacionalismo (ANDERSEN, 1995). Engana-se quem pensa que a associação realizada pela presente pesquisa entre “capitalismo e nacionalismo” é inovadora, tal feito já havia sido realizado por Andersen. Além disso, entender os diferentes textos e suas entrelinhas da obra *O Brasil, os BRICS e a agenda internacional*, de José Vicente de Sá Pimentel (2013) se mostrou pertinente, dado que tal obra, além de tratar sobre o capitalismo nos BRICS, estava em termos literais, inserida no capitalismo impresso dos BRICS.

A ideia de capitalismo de imprensa em Andersen (2008) possibilita um meio pelo qual pode-se etnografar o capitalismo, contudo, ao pensar o capitalismo através do sistema-mundo, relaciona-se mais uma topografia através dos espaços em que se é produzido, do que classificações que posicionam o capitalismo como uma explicação ordenada.

Nesse contexto, é mais interessante realizar o movimento de saída dos lugares convencionais, do que buscar nas etnografias já prontas uma classificação entre quais etnografias são do sistema-mundo e quais não são. Dito isso, entende-se que o capitalismo

é passível de ser etnografado embora não exista um modelo pronto para a forma de fazer isso. As possibilidades encontradas em Tomich (2011) e Andersen (1995) são alguns dos muitos exemplos de como iniciar uma pesquisa através de tal abordagem. Onde entende-se que não existe uma única resposta para a pergunta de como se pode etnografar o capitalismo. Contudo, tratar sobre as etnografias do/no capitalismo representam um desafio epistemológico que tampouco será resolvido nas próximas décadas.

É possível que a Etnografia do Sistema-mundo potencialmente represente uma forma inicial de etnografar o capitalismo em processos específicos. Por outro lado, tipificar a ideia de capitalismo para explicar outros fenômenos mais complexos, reduzindo-os à uma explicação de consequência provocada pelo próprio capitalismo, talvez sirva apenas para ofuscar outros marcadores sociais como raça, classe e gênero que produzem relações sociais como narrativas de um sistema global.

Em Said podemos entender a etnografia como uma narrativa (SAID, 1990) e como tal ela apresenta localidades e deslocamentos epistemológicos que se transformam em um fazer político (CARVALHO, 2001). De forma breve, é em Carvalho que evidenciamos esse fazer político na etnografia do sistema-mundo (CARVALHO, 2001). Como Tomich bem relaciona em seu texto, o sistema global se concretiza em um local específico ancorando-se no sistema-mundo, e assumindo diferentes formas, dimensões e densidades (TOMICH, 2011). Assim, para Carvalho, etnografar o sistema-mundo não é apenas deslocar-se do “local”, porém, trata-se de entender esses sistemas de conexões como elementos que conectam presente, passado e futuro, e possibilitam a operacionalização do capitalismo nas relações sociais através de categorias que nada parecem estabelecer dinâmicas sociais contemporâneas, porém, estabelecem (CARVALHO, 2001).

Localizar a governabilidade no sistema-mundo é entender, para além de uma categoria sistêmica, um elemento produzido na modernidade. Em Bobbio (1998), além de um conceito, governabilidade trata-se de um instrumento político com poucos antecedentes passíveis de serem localizados. Seguir a governabilidade no sistema-mundo possibilita tecer um mapa sobre tal instrumento, que talvez seja tão antigo quanto o próprio capitalismo. No entanto, de momento, podemos estabelecer uma associação clara entre governabilidade e sistema-mundo, ambas passam a problematizar o local do capital na modernidade, que ademais da produção capitalista, é a espacialidade onde a matriz de construção dos sistemas e elementos políticos, da subjetividade e da consciência, formam-se enquanto processos legitimadores de um sistema incerto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar sobre o nacionalismo ainda representa um desafio epistemológico, no entanto, as reflexões da antropologia apresentam uma possibilidade de um melhor entendimento sobre o tema, ao mostrar o nacionalismo enquanto elemento político capaz de atribuir significados culturais, bem como, inspirar propostas políticas e noções de comunidade através da identidade cultural. O avanço no debate, ao entendê-lo enquanto projeto político da modernidade, permite que o mesmo seja evidenciado em processos políticos.

De outro lado, salientar as reflexões sobre o capitalismo enquanto elemento formulador da subjetividade e norteador da consciência, possibilita situar esse projeto político da modernidade, nas relações sociais, mostrando uma associação entre capitalismo e nacionalismo que mobiliza estruturas de poder mais amplas em sistemas específicos, compondo assim processos políticos. Por fim, ao longo do trabalho, o debate sobre os BRICS vai se tornando plano de fundo para uma discussão mais ampla relacionada a governabilidade. Da mesma forma que, a governabilidade, ao ser mobilizada para entender contextos mais específicos de representação política (do sistema-mundo), centraliza o debate sobre em torno dos e sobre os BRICS.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo**. Mexico DF. FONDO DE CULTURA ECONÓMICA. 1995.
- ANDERSEN, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Denise Bottman.
- BALAKRISHNAN, Gopal. A Imaginação Nacional. *In*. Balakrishnan, G (org.) **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro. Contraponto, 2000. Cap 7. p. 209-226.
- BATISTA JR, Paulo Nogueira. Os BRICS no FMI e no G20. *In*: PIMENTEL, José Vicente de Sá. **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. p. 463-472.
- BREUILLY, John. Abordagens do nacionalismo. *In*. Balakrishnan, G (org.) **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro. Contraponto, 2000. Cap 5. p. 155-184.
- BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de Política. vol. 1. **Brasília: Editora Universidade de Brasília**, v. 674, 1998.
- BHABHA, Homi K. Disseminação: o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna. *In*: **O Local da Cultura**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2007.
- CARVALHO, José Jorge de. **O olhar etnográfico e a voz subalterna**. Horizontes antropológicos, v. 7, p. 107-147, 2001.
- CLIFFORD, James. Sobre la autoridad etnográfica. *In*: **El surgimiento de la antropología posmoderna**. 1991. p. 141-170.
- CHATTERJEE, Partha. Comunidade imaginada por quem? *In*. Balakrishnan, G (org.) **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro. Contraponto, 2000. Cap 8. p. 227-238.
- CHATTERJEE, Partha. **Colonialismo, modernidade e política**. SciELO-EDUFBA, 2004.
- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. **A interpretação das culturas**, v. 1, p. 3-21, 1989.
- GORDON, Lewis. **Decadencia disciplinaria: Pensamiento vivo en tiempos difíciles**. Editorial Abya-Yala, 2013.
- KUSCHNIR, Karina. Antropologia e política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, p. 163-167, 2007.
- LEÃO, Valdemar Carneiro. BRICS: mudando o foco do debate. *In*: PIMENTEL, José Vicente de Sá. **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. p. 445-462.
- MARCUS, George E. **Etnografía en/del sistema mundo**. El surgimiento de la etnografía

multilocal. *Alteridades*: n. 22, p. 111-127, 2001.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia não é método**. *Horizontes antropológicos*, n. 42, p. 377-391, 2014.

PIMENTEL, Fernando. O BRICS e a construção de uma nova Arquitetura Financeira Internacional. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá. **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. p. 473-494.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. Introdução. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá. **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

SADENBERG, Ronaldo Mota. O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá. **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. p. 495-532.

SAID, Edward. Introdução. In: SAID, Edward. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 27-60.

SAID, Edward W. Introdução. In: **Orientalismo**. São Paulo, CIA das Letras. 1990.

SAID, Edward W. A representação do colonizado: os interlocutores da antropologia. In: **Reflexões sobre o Exílio e outros ensaios**. São Paulo, CIA das Letras. 2003.

STRATHERN, Marilyn. **Property, substance, and effect: anthropological essays on persons and things**. London: Athlone Press, 1999.

TOMICH, Dale W. A escravidão na Economia Mundial. In: Tomich, Dale W. **Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho, Capital e Economia Mundial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011. Cap. 3. p. 21-52.

VASCONCELOS, Jonnas. BRICS: história, literatura e organização. In: VASCONCELOS, Jonnas. **A Agenda Regulatória dos BRICS**. Belo Horizonte: Dialética, 2020. Cap. 3. p. 113-142.

VERDERY, Katherine. Para onde vão a “nação” e o “nacionalismo”? In: Balakrishnan, G (org.) **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro. Contraponto, 2000. Cap 9. p. 239-248.